

Questões geopolíticas na América do Sul e sua difícil integração regional

Dante Severo Giudice*

Mariana de Oliveira Santana**

Michele Paiva Pereira***

Introdução

A integração da América é uma questão difícil, pois, apesar de ser composta por países que apresentam alguma similaridade, envolve a nação mais rica do planeta que quer impor suas normas e regras, numa atitude geopolítica de dominação, que vem da Doutrina Monroe, e se apropriaram do nome “América” como se autodenominam, assim como do gentílico “americanos” como se todos demais não o fossem. Esse fato dificulta também uma integração latino-americana, pois não só o México está intimamente a eles atrelados político e economicamente, graças à proximidade geográfica, mas também toda a América Central. A criação dos blocos que visavam incentivar essa integração causou mais disputas entre os países, por questões de vaidades políticas e mentalidade imperialista daqueles mais fortes economicamente. Na América do Sul não foi diferente, sobretudo pela fragilidade das democracias na região, e a ameaça constante de intervenções militares, favoráveis a regimes de extrema direita, com forte influência fascista. Foram muitos conflitos regionais, e a

* Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Sergipe (2011). Professor adjunto da Universidade Católica do Salvador, ligado ao curso de Geografia. Tem experiência na área de Geociências, com ênfase em Geologia e Geografia, atuando principalmente nos seguintes temas: geopolítica, geografia política, geodiversidade e lógicas territoriais, dinâmica ambiental e meio ambiente.

E-mail: dasegu@gmail.com

** Licenciada e Bacharel em Geografia pela Universidade Católica do Salvador. Mestranda em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social na mesma instituição, na linha de pesquisa Territorialidade e Planejamento Urbano e Regional. E, ainda, membro pesquisadora do GEPOGEO e do GAM.

E-mail: mariana_oliveira018@hotmail.com

*** Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFBA). Mestra em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social (UCSAL). Licenciada em Geografia pela Universidade Católica do Salvador (2017). Atualmente, é Mestranda em Geografia (UFBA). Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária.

E-mail: pmichele765@gmail.com

formação de blocos não serviu para aproximá-los num objetivo comum – fortalecimento regional.

Esse estudo é uma pesquisa exploratória, tem sua importância ligada ao fato de que se procura estudar as dificuldades da integração americana, com foco na América do Sul, região na qual estamos inseridos. Tem como objetivo compreender esse processo, oferecendo contribuições que possam facilitar o entendimento dessas dificuldades.

Fundamentação Teórica Metodológica

O termo geopolítico se tornou, no pós-guerra, “apócrito” por ter sido usado pelos alemães como “instrumento” de guerra e como justificativa para sua política de expansão, que era baseada no princípio racista da superioridade ariana, e no conceito de espaço vital, ficando assim estigmatizada como, do ponto de vista da política externa, voltada aos interesses expansionistas dos Estados. Segundo Andrade (1996)

o saber geopolítico compreende uma tentativa de análise científica da importância dos Estados em face da sua extensão, da sua população e da sua posição geográfica, integrada com ideologias que procuram estimular e provocar a realização de objetivos de expansão territorial e de dominação de Estados vizinhos que impedem ou dificultam a realização das aspirações da classe dirigente.

A partir da década de 1940, ainda segundo Vesentini (1997), surgiu a concepção de que a geopolítica seria ideológica, um instrumento dos Estados totalitários, e a geografia política seria uma ciência. Esta interpretação passou a ser aceita à princípio por geógrafos como A. Hettner e Leo Waibel, e a partir da 2ª Guerra pela quase totalidade deles, bem como por inúmeros outros cientistas sociais. É desta época a afirmativa de Pierre George, talvez o geógrafo francês mais conhecido dos anos 50 aos anos 70, que a geopolítica seria uma “pseudociência”, uma caricatura da geografia política. Essa ideia se consolidou entre inúmeros autores dos 50 e 60.

O resgate da geopolítica se deu na década de 1970, com Yves Lacoste que afirmava ser “a geopolítica a verdadeira, ou fundamental, geografia”, interpretação que ele utilizou na sua obra – *A Geografia: isso serve em primeiro lugar, para fazer a guerra* – de 1976. A partir dos anos 1980, a geopolítica passa a ser considerada uma área ou campo de estudos interdisciplinar, tornando-se quase um consenso nos dias atuais.

Costa (1992) afirma que

à geopolítica caberia a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e às estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas, sendo assim interdisciplinar e utilitarista.

Uma questão importante no debate sobre geopolítica é o controle do território. Segundo Gonçalves (2004), o controle do território coloca-se como fundamental para garantir o suprimento da demanda sempre em ascensão, por recursos naturais, apesar dos avanços dos novos materiais. Para ele, tornar própria a natureza é, rigorosamente, apropriar-se da matéria na sua espaço-temporalidade, conformando territórios diversos cujos limites, essência da política, resolvem a situação temporariamente.

Segundo Souza (1995), território é fundamentalmente um espaço definido e delimitação por e a partir de relações de poder. Já Faissol (1994), considera que território ainda é a forma de organização política, onde um sistema de autoridade pode ser instituído, seja pelo consentimento, seja pela força.

Por outro lado, se faz necessário a discussão do termo integração, que não é consolidado, conforme afirma Rodrigues (2020),

não possui uma definição e delineamento tão consolidados, sendo comumente considerado, ainda que de modo equivocado, uma expressão autoexplicativa. Até mesmo recorrendo ao dicionário, os significados são muito genéricos, como ato ou efeito de integrar (-se), condição de constituir um todo pela adição ou combinação de partes ou elementos e, ainda, ajustamento recíproco de grupos, de modo a formar uma sociedade organizada.

Conforme Padula (2010), as primeiras contribuições sistematizadas da teoria das relações internacionais à teoria da integração regional foram realizadas por Karl Deutsch e David Mitrany, marcadas pela “primeira onda” iniciada após a Segunda Guerra Mundial e que teve a experiência da integração europeia como seu ícone na década de 1950. Ou seja, Estados competidores no sistema internacional poderiam cooperar em áreas específicas, apoiando o argumento da integração.

Ainda segundo Rodrigues (2020), tanto Santos (2014) quanto Malamud (2012) se apoiam nesta visão, onde a criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), a partir do Tratado de Paris, em 1951, até a constituição da Comunidade Econômica Europeia (CEE), com o Tratado de Roma, de 1957, foram fatores determinantes.

Padula (2010), comenta,

O Tratado de Paris em 1951 constituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e estabeleceu um poder decisório independente supranacional (a “Alta Autoridade”, cujo primeiro Presidente foi Jean Monet). Em 1957, o Tratado de Roma buscou, entre outros objetivos, ampliar as áreas de integração dos países membros da CECA, criando a CEE – Comunidade Econômica Europeia) e a EURATOM – Comunidade Europeia de Energia Nuclear.

Com a emergência do pensamento neoliberal na década de 1980, o tema da integração ressurgiu de forma intensa na América do Sul, e incentivou a criação de blocos econômicos que trabalhariam pela ampla liberação dos mercados e pela privatização das empresas públicas.

Questões Geopolíticas na América do Sul

A América do Sul tem grande importância geopolítica no contexto mundial graças aos seus recursos naturais, mas os países que a compõem não procuram tirar proveito econômico deste fato, e sempre estão envolvidos em disputas. Estas acontecem desde a época colonial, mas neste trabalho abordamos os conflitos mais recentes que tiveram lugar a partir do século XX, e que acirraram as disputas, incentivadas pelos regimes totalitários que dominaram toda a porção sul do continente, por grande parte do século.

Conflitos Colômbia-Ecuador

Em março de 2008, forças militares colombianas atacaram o acampamento das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), matando guerrilheiros. Por erro estratégico e por ser difícil a delimitação de fronteiras, esse ataque se deu em território do Ecuador, o que provocou bravatas por parte tanto do Ecuador quanto da Venezuela. O fato é que o combate à FARC, ligada ao narcotráfico – sua base de sustentação econômica – é levado a cabo pela Colômbia com ajuda dos EUA, o que levou a indignação dos vizinhos, ditos/considerados de esquerda. Esse é um conflito longo, já que a FARC foi formada na década de 1960, como braço militar do Partido Comunista Colombiano. Duas décadas depois, os ricos proprietários de terras começaram a formar grupos paramilitares de extrema direita, para proteger suas propriedades dos guerrilheiros, e violentamente eliminarem a dissidência local. Apesar de todo o esforço de negociação para um acordo, e dos guerrilheiros terem

formado um partido político – União Patriótica – o processo de paz ainda não se consolidou, pois, o poder econômico do narcotráfico não permite tal solução. Os vizinhos em questão, apoiam a guerrilha que tem na origem um viés de esquerda, mesmo sabendo que, na verdade, ela tornou-se uma “rede de narcotráfico”, mas como represália ao governo colombiano, muito sincronizado às políticas estadunidenses.

Conflito de Beagle

O conflito pela posse do Canal de Beagle teve sua origem na disputa pela soberania das ilhas Picton, Lennox e Nueva, situadas entre a entrada oriental do Beagle e o Cabo Horn, entre os Oceanos Atlântico e Pacífico. Esta disputa ocorria desde o século XIX.

Os limites entre a Argentina e o Chile foram fixados no Século XIX tomando em conta a linha divisória natural que forma a Cordilheira dos Andes, numa extensão aproximada de cinco mil quilômetros. O problema apareceu nas discussões sobre a delimitação da região sul, que inclui o canal de Beagle, o Estreito de Magalhães e a Terra do Fogo.

Para dirimir a questão pacificamente, se nomeou como árbitro em 1970, a Rainha Elizabeth II, da Grã-Bretanha, que, em 1977, considerou como chilena a posse das três ilhas em litígio, pois eram vistas como uma unidade, somando ainda a ilhota Snipe. À Argentina, caberia a posse da Ilha Becasses e a livre navegação para o acesso a Ushuaia. Para os argentinos, através da projeção territorial, a posse chilena destas ilhas atrapalharia sua reivindicação futura e seus direitos na divisão da Antártida. A decisão pró-Chile não foi bem recebida pelos argentinos que declararam no início do ano seguinte inválido o laudo arbitral, mostrando disposição de tomar pela força a posse das ilhas.

Visando buscar um inimigo externo para desviar a atenção popular dos desmandos da ditadura militar, envolvida com denúncias de violação de direitos humanos, o General Videla, usando a Copa do Mundo de Futebol de 1978, e a vitória da seleção argentina, que serviram para consolidar o sentimento nacionalista, já muito forte entre os argentinos, usou técnica comum das ditaduras enfraquecidas, decidiu por eleger o Chile como alvo, subestimado militarmente.

Os dois países se articularam para a guerra, com os seus respectivos exércitos em prontidão e tomando providências para o eminente combate. Durante todo o ano de 1978 os "preparativos" continuaram e algumas vezes quase foi desencadeado o

confronto. Paralelamente ocorriam as negociações bilaterais sob a chancela dos EUA, pois se o conflito se consolidasse poderia se estender por todo o continente.

Em dezembro de 1978, o conflito por pouco não eclodiu, graças a uma questão climática, pois o mau tempo impediu o confronto entre os dois exércitos. Como cada país queria manter sua tradição de nação pacífica, e a Argentina temia ser rotulada de “País Agressor”, procurou-se enveredar pela negociação pacífica. Tendo em vista que ambos eram países católicos, se aceitou a mediação do então Papa João Paulo II.

Em 8 de janeiro de 1979, os chanceleres da Argentina e Chile firmaram a Ata de Montevideu, onde se estabeleceu a mediação papal. As conversações entre o representante do Papa e dos dois países se iniciaram dois meses depois e mantiveram-se paradas por dois anos. Em 12 de dezembro de 1980, o Papa João Paulo II enviou sua proposta de paz onde reafirmava a soberania chilena sobre as ilhas localizadas ao sul do Canal de Beagle. A proposta aceita por Augusto Pinochet foi rejeitada pelo governo argentino, que a considerou injusta. Quatro anos depois, após a realização de um plebiscito, a proposta do Vaticano foi aceita e, em 1984, os dois países selaram um Tratado de Paz e Amizade que pôs fim a uma disputa centenária.

Conflito Peru-Ecuador

O conflito Peru-Ecuador pode ser considerado um conflito eleitoral, como na época o escritor Vargas Llosa o denominou, pois afirmava-se ser uma manobra política do então presidente peruano Fujimori, para contornar problemas políticos internos. Também conhecido como a “Guerra do Cenepa”, por ter se desenrolado na região denominada “Alto Cenepa” abrangendo a Cordilheira Condor e a província peruana de Condorcanqui, numa área de apenas 75 km², de acesso difícil e clima adverso. Conflito de histórico militar, como na Guerra das Malvinas, e que apesar de se desenvolver em área pouco promissora economicamente, se mostrou intenso e agressivo, levando a supor a existência de algum interesse econômico envolvido.

Os atritos na região datam da época pré-colombiana, mas antes do conflito aqui tratado, no mesmo século XX na “Guerra de Paquisha”, em breve conflito militar que ocorreu entre janeiro/fevereiro de 1981 entre os dois países, o Ecuador conseguiu deter o avanço peruano, tomando providências para não mais ficar em desvantagem em relação ao vizinho. No entanto os conflitos se sucederam, pois, a questão territorial continuava a ser o maior foco de dificuldades, e o Brasil enquanto País Garante, participou ativamente dessa negociação, inclusive, em alguns momentos, por meio de contatos diretos entre o Presidente da República e suas contrapartes do

Equador e Peru, assim como dos primeiros mandatários dos demais Países Garantes (Argentina, Chile, EUA). Após intensas e tensas negociações, foi assinado, em 26 de outubro de 1988, o Acordo Global e Definitivo de Paz entre o Equador e o Peru. No bojo do acordo, foi registrada a provação de acordos bilaterais que consubstanciavam/consolidavam o acordo global de paz, e conforme Biato (1999), abrangiam:

a) Tratado de Comércio e Navegação: atende à aspiração equatoriana de ter “acesso livre, contínuo, gratuito e perpétuo” ao rio Maranhão/Amazonas e seus afluentes setentrionais, de forma a maximizar as potencialidades e os benefícios econômico-comerciais de sua condição de país amazônico. Prevê regime favorecido de acesso fluvial, terrestre e aéreo do Equador àquela região, cujo elemento fulcral são os “Centros de comércio e navegação equatorianos” a serem estabelecidos às margens do rio Maranhão (em território peruano);

b) Navegação nos Setores dos Cortes dos Rios e no Rio Napo: devido à imprecisão dos mapas usados por ocasião da negociação do Protocolo do Rio de Janeiro de 1942, as linhas geodésicas que unem os pontos da fronteira assinalados naquele instrumento por vezes geraram resultados inadvertidos e inconvenientes, obrigando pessoas e embarcações a atravessarem seguidas vezes uma fronteira, com embaraços para o comércio e a integração. O Governo peruano compromete-se a fazer respeitar, dentro do espírito do Tratado de Comércio e Navegação, os princípios da livre navegação e circulação, limitando ao mínimo necessário o controle e fiscalização sobre a circulação de embarcações e pessoas de origem equatoriana nesses pontos;

c) Acordo Amplo de Integração Fronteiriça, previa projetos a serem executados ao longo de dez anos, destinados a prover o desenvolvimento integrado e sustentável das regiões de fronteira mediante o aproveitamento conjunto e racional de recursos naturais compartilhados;

d) Comissão Binacional sobre Medidas de Confiança Mútua e Segurança que objetivava reduzir e eliminar a desconfiança mútua e, por conseguinte, diminuir o risco de hostilidades geradas por percepções errôneas das intenções recíprocas;

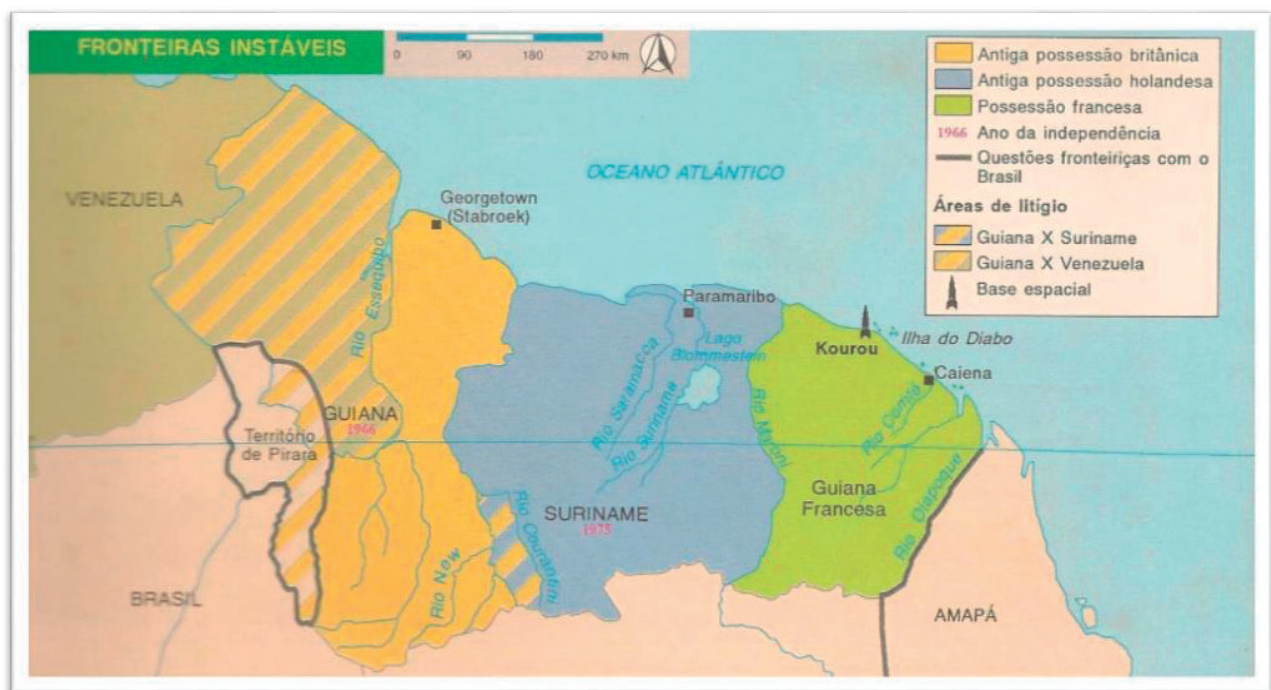
e) Acordo sobre o Canal de Zarumilla: objetiva garantir a utilização ótima das águas que fluem pelo Canal. Para tanto, o Peru obriga-se a fazer passar uma parte das águas do rio pelo Canal (leito seco), atribuindo-se à Comissão a responsabilidade de distribuir o fluxo de água na proporção de 55% para o Peru e 45% para o Equador, assegurando assim o abastecimento das populações equatorianas ribeirinhas;

f) Fixação da Fronteira Terrestre (demarcação) que reafirma os termos do Laudo Dias de Aguiar, que determinou que a linha fronteira nesse trecho passaria pela Cordilheira do Cóndor. Nesse sentido, fica reconhecida em definitivo a soberania peruana sobre a área contestada pelo Equador no Alto Cenepa. Em contrapartida, a proposta dos Países Garantes prevê a criação nessa região de dois parques nacionais (santuários ecológicos) colindantes em ambos os lados da fronteira, os quais serão totalmente desmilitarizados.

Conflito nas Guianas

Os conflitos de fronteiras com as Guianas e entre elas foram resolvidos entre o fim do século XIX e início do século XX (Figura 1).

Figura 1 – Conflitos de fronteira das Guianas

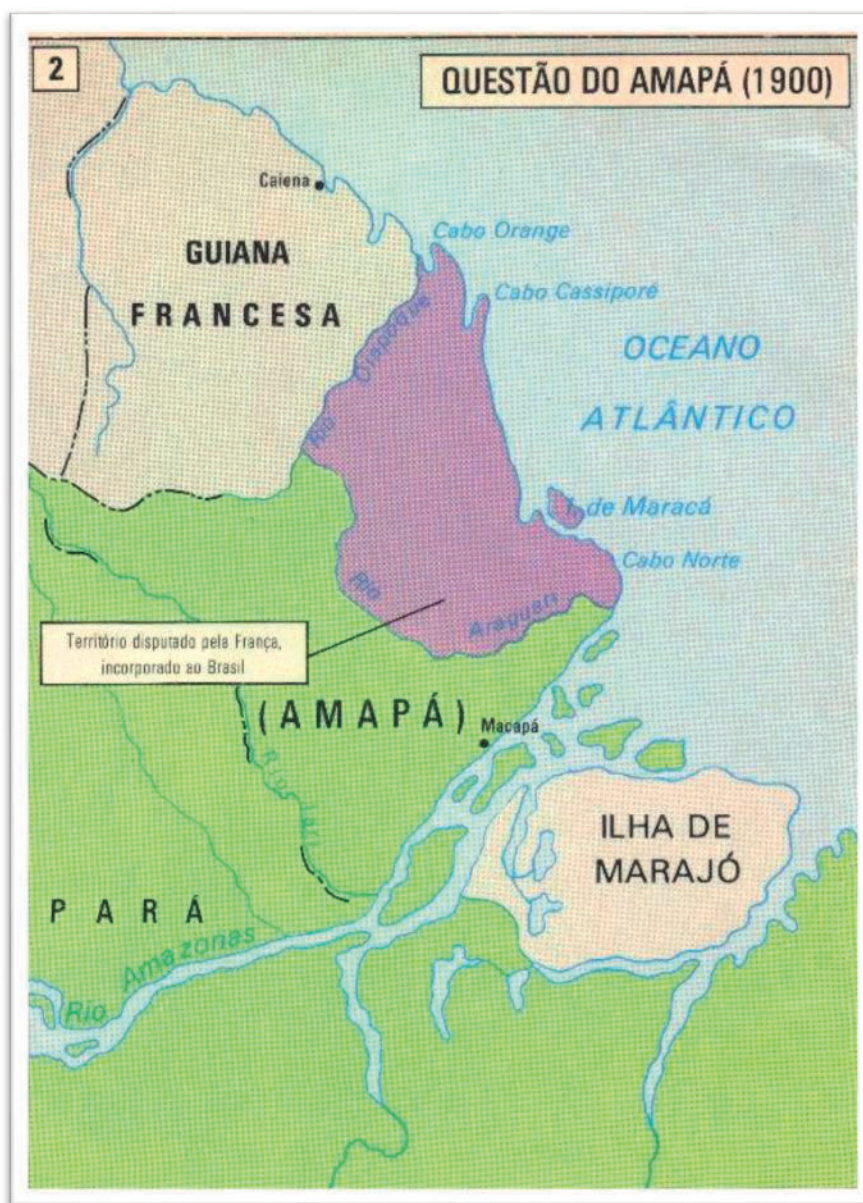


Fonte: Scalzaretto e Magnoli (1996).

Em relação ao Brasil, foram resolvidos através de dois episódios. O primeiro, a Questão do Amapá, foi resolvido em dezembro de 1900. Apesar da França ter renunciado à posse do território contestado desde o século XVIII (1713 – Tratado de Utrecht), continuava a fazer incursões, provocando permanentes atritos. O Barão do

Rio Branco, com arbitragem do governo da Suíça conseguiu demarcar as fronteiras favoravelmente ao Brasil, incorporando cerca 80.000 km² ao território brasileiro (Figura 2).

Figura 2 – Questão do Amapá



Fonte: Jorge (1999).

A segunda questão dizia respeito ao território de Pirara, reivindicado pela Inglaterra. Apesar dos esforços de Joaquim Nabuco e do barão do Rio Branco, a

arbitragem do Rei Vitor Emanuel, da Itália, em 1904, favoreceu a Inglaterra, que ficou com cerca de 65% das terras em disputa (Figura 3).

Figura 3 – Questão de Pirara



Fonte: Jorge (1999).

Entretanto muitas das velhas questões de fronteiras continuam ainda não resolvidas, como a que envolve a Guiana e a Venezuela, e data de 1904.

Segundo Castro,

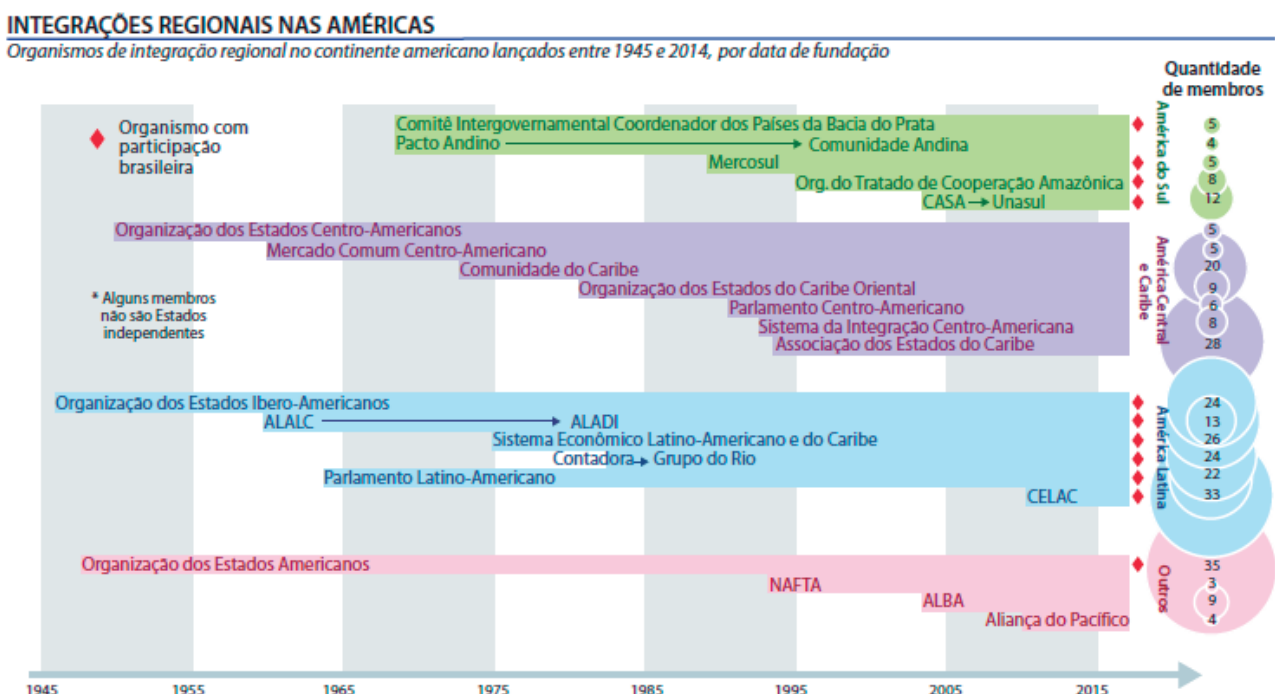
Em 1904, a Guiana Inglesa expandiu seu território para oeste, ocupando imensa região florestal praticamente despovoada e reivindicava pela Venezuela. Ao longo do século, os atritos pela posse da região foram se agravando, até que o Protocolo de Porto Espanha, de 1970, estabeleceu uma moratória de 12 anos, em que as partes evitariam conflitos e ocupação da região. Em 1980, no entanto, novos conflitos estouraram na região. Desde então os atritos têm sido constantes (CASTRO, 1981).

Outra antiga região de litígio envolve o sudoeste do Suriname e o sudeste da Guiana, onde se situam os rios Courantini e New, enclave reivindicado pelo Suriname, e invadido em meados da década de 1960, sob alegação de que havia bases comunistas na região. O conflito se estendeu até 1970, mas continua sem solução.

A Formação dos Blocos Econômicos

Foram criados muitos blocos econômicos na América (Figura 4), visando a integração continental, mas todos com forte influência dos EUA, que sempre procura impor suas exigências. O principal deles foi a ALCA que previa um “mercado livre” das Américas, onde os países emergentes seriam os grandes prejudicados, tendo em vista a ideia predatória dos EUA, de livre circulação de mercadorias, produzidas a custo muito baixo no México com exploração da mão de obra local, importada sem taxas, graças ao NAFTA, e colocadas no mercado a preços sem precedentes, e impossíveis de serem batidos.

Figura 4 – Blocos Regionais nas Américas



Fonte: Milani et. al. (2014)

Mesmo levando em consideração que a ideia de formação de blocos (integração) ser nova, ela tem origem no período da colonização e visava superar a relação desigual de dependência, em relação às metrópoles.

A integração foi efetivamente criada em 1960, com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio – ALALC, e pretendia evoluir, num período de 12 anos, em Zona de Livre Comércio. Mesmo tendo alcançado algum sucesso, como, por exemplo, o crescimento da taxa de comércio entre seus membros (Argentina, Brasil, Chile, México, Peru, Uruguai, e posteriormente Equador e Colômbia), o fluxo do comércio regional estava voltado para os principais polos econômicos (Europa e EUA), e um fato caracterizava tudo, a disputa entre os membros, o que passaria a ser a tônica em todas as tentativas subsequentes de se constituir outros blocos.

Na América Latina, a noção de integração, segundo Oliveira e Salgado (2011), considera que,

os países latino-americanos formam um espaço distinto, em termos políticos, econômicos e culturais, das demais regiões do globo e que uma das implicações desta distinção é justamente a necessidade de se formar um espaço unificado, seja na forma de uma federação de Estados ou na forma de um bloco político, não é uma noção nova na história do pensamento latino-americano.

Ainda segundo Oliveira e Salgado (2011),

A cooperação política regional, por sua vez, seguiu uma tendência histórica de menor destaque na América do Sul. Sua essencialidade somente começou a ser notada pelos países da região recentemente, por volta da década de 1980. A formação do Grupo de Contadora (1983), composto por Venezuela, Colômbia, Panamá e México, como resposta a política intervencionista norte-americana na América Central, e a formação do Grupo de Apoio à Contadora (1985), formado por Argentina, Brasil, Peru e Uruguai, são destaques na evolução da cooperação política regional. Com a junção de ambas as instâncias foi formado o Grupo do Rio (1986). Além desses, destaca-se também ainda a assinatura do Tratado de Cooperação Amazônica (1978).

Na América do Sul, quatro blocos exclusivamente sul-americanos se consolidaram: Comunidade Andina de Nações (CAN) e/ou Pacto Andino, o MERCOSUL, o UNASUL, e o PROSUL.

Comunidade Andina de Nações

O primeiro bloco a se formar na América do Sul foi criado em 1969, denominado primeiramente de Pacto Andino, e formado por Peru, Bolívia, Colômbia e Equador, mas já teve a participação de Venezuela e Chile, voltando a sua configuração inicial em 2006. Atualmente, tem como membros associados, Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, e como observadores, México e Panamá.

Segundo Arana (1999), o bloco foi criado com o propósito de,

alcanzar los objetivos generales del Acuerdo de Cartagena, éste propuso la implementación de los siguientes mecanismos y medidas, entre otros: a) la armonización de políticas económicas y sociales, así como la aproximación de legislaciones nacionales em materias correspondientes; b) La programación conjunta y la intensificación del proceso de industrialización sub-regional; c) La adopción de um programa de liberación del intercambio interestatal; d) La adopción de um arancel externo común; e) La canalización de recursos para facilitar la financiación de las inversiones requeridas em el proceso de integración; y f) Tratamiento preferencial em favor de Bolivia y Ecuador.

O bloco obteve avanços, e em 1992, ensaiaram a inauguração de uma zona livre de mercado e comércio entre os membros, que previa, posteriormente, a livre circulação de pessoas, inicialmente para visitas, mas podendo se estender para moradia. Em 1996, adotou-se a denominação atual, com a pretensão de avançar no processo de integração, com a criação de órgãos para a execução correta das ações do bloco.

Questões geopolíticas levaram o Chile a deixar o bloco em 1976, e a Venezuela em 2006, vindo posteriormente aderir ao MERCOSUL, mas os problemas entre os membros também dificultam uma real integração.

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

Apesar das constantes disputas/conflitos pelas pretensões de liderança entre Argentina e Brasil, em 1991, através do Tratado de Assunção, e no rastro da corrente liberal, foi criado o MERCOSUL.

A restauração de governos democráticos na década de 1980, na América do Sul fez com que surgisse movimentos de aproximação entre as duas maiores economias regionais, sendo o último em 1988 – que projetava a contribuição de um mercado comum num prazo de dez anos. Como as relações estavam evoluindo bem,

vislumbrou-se a adesão de Uruguai e Paraguai, o que seria bom para o equilíbrio e estabilidade regional, tendo em vista que num contexto econômico internacional, desfavorável, as economias regionais deveriam trabalhar de forma a se complementarem.

Para Bouzas (2001)

a história do Mercosul tem três momentos relevantes. O primeiro, chamado de “período de transição” (1991-1994), caracterizou-se pelo aumento de fluxos e da interdependência entre os países formadores do bloco. O segundo momento, chamado de “era dos mercados” (1994-1998) iniciou-se com a aplicação do Plano Real, em 1994, aumentando ainda mais os fluxos intrarregionais e a chamada “Brasil-dependência” por parte da Argentina. Ele ainda coloca um terceiro momento, que não encerrou seu ciclo, iniciado a partir do ano de 1998. Apesar do Mercosul ter trazido para seus membros, benefícios econômicos, durante pelo menos, sete anos da década de 1990, os ambientes externo e interno prejudicaram o andamento do bloco. A crise mexicana em 1994, e posteriormente a crise asiática em 1997 e a russa, em 1998, fizeram com que a liquidez se enxugasse e a situação do Mercosul enfrentasse problemas. Internamente, os planos de estabilidade brasileira e argentina davam sinais de incapaz continuidade.

A crise econômica afetou o bloco, e mesmo com a ascensão de governos de esquerda, com forte tendência social, na Argentina e no Brasil, no início do século XXI, não se conseguiu superar os problemas que afetavam o bloco desde a década de 1990, o que, associado às retomadas da guerra comercial entre esses países e ao pouco caso como eram tratados o Uruguai e o Paraguai que começaram a buscar acordos bilaterais, com a União Europeia e Nafta, levou ao enfraquecimento e um retrocesso no processo de integração.

O UNASUL – União das Nações Sul-americanas

Com o enfraquecimento dos blocos mais regionais, surgiu, em 2008, a tentativa de um bloco que reunisse todos os países que formam a América do Sul, o UNASUL que tinha pretensão não só comercial, mas também de investimentos em diversas áreas, sobretudo infraestrutura, ciência e tecnologia, e educação e cultura.

Para Oliveira e Salgado (2011)

Dois aspectos são relevantes na Unasul. Primeiramente, seguindo uma tendência já existente na CASA, a Unasul se propõe a ser uma estrutura capaz de articular e integrar os diferentes blocos econômicos e países existentes na América do Sul. O Mercosul, a CAN, o Chile, a Guiana e o Suriname, viriam a

formar uma área de livre comércio sul-americana. Outro elemento importante é que, a despeito dos objetivos ambiciosos do bloco, este deve ter uma característica flexível, respeitando as diferentes dinâmicas existentes nos países. Dentre os objetivos específicos, destaca-se a busca do fim das assimetrias, apontando a necessidade de uma integração mais igualitária, com integração industrial e produtiva, com decisões consensuais.

Com sede na cidade de Quito, o UNASUL foi consolidado em 2011, com a assinatura de todos os doze países sul-americanos, sucedendo a Comunidade Sul-Americana de Nações (CASA), criada em 2004. Previa a consolidação de uma identidade e cidadania sul-americana, com autonomia regional e combate a assimetrias, sem influência dos interesses dos EUA, sendo, muito provavelmente, esse o ponto que levou ao seu esfacelamento, solapada por aquele país que sempre teve pretensões imperialistas no continente, e promoveram um desmonte dos governos que o sustentavam.

O PROSUL – Fórum para o Progresso e desenvolvimento da América do Sul

A ascensão da extrema direita na porção sul do continente, motivada/incrementada por razões econômicas, e respaldada pela influência dos EUA nestes novos governos, fez com que se buscasse criar um bloco que atendesse as intenções do próprio país norte-americano. Desta forma, a chamada Declaração de Santiago só difere na linha, dita ideológica, embora no nosso ponto de vista, nada mais seja que uma imposição do sistema capitalista liberal.

Na essência, o PROSUL nada mais é que uma versão ideológica unilateral do UNASUL, com mesma proposta de defender um fórum regional de diálogo que, no entanto, exclui países de linha política diferente numa contradição ao que se propõe. Desta forma, decide pela exclusão da Venezuela, e não consegue a adesão de todos os países, nascendo, então, já como bloco fadado ao insucesso.

Segundo Junqueira (2019, não paginado)

é cabível afirmar que o PROSUL não possui parâmetros de se consolidar como um bloco regional sul-americano. E talvez suas lideranças, baseadas no discurso de uma integração flexível, também não desejem que ele seja um arranjo de longo prazo. Seria, assim, um fórum de diálogo sem mais pretensões. Criar instituições novas demanda tempo, diálogo político e dinheiro. Seu maior erro é desconsiderar arranjos passados e pretender começar tudo da estaca zero. Os blocos são processos, têm altos e baixos, erros e acertos. O regionalismo da América do Sul é muito recente e se cada vez mais forem desconsiderados tanto os acertos quanto os erros do passado,

difícilmente haverá progresso nesse sentido. Se, para algumas análises a UNASUL fracassou desde os primórdios, podemos afirmar, com base nas variáveis expostas, que o PROSUL acaba sendo uma iniciativa natimorta, sem perspectiva de perenidade.

Assim, a proposta foi assinada pelos representantes da Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru. Os representantes da Bolívia, do Uruguai e do Suriname não assinaram a declaração, mas se colocaram dispostos ao diálogo. Entretanto, a exclusão da Venezuela foi o principal fator da não assinatura por parte da Bolívia, pois esse país considerou o PROSUL como um organismo que não une, nem integra os países, mas exclui baseado em premissas como a dita por um participante: “[...] os principais pilares do bloco serão a democracia, a prosperidade e o respeito às soberanias, opostos ao avanço totalitário” – o que não representa a realidade, já que vem sendo largamente desrespeito no contexto regional.

A integração sul-americana

A integração da América de modo abrangente seria um processo complicado pela heterogeneidade. Na América do Sul, apesar de certa homogeneidade, também não é um processo fácil, e tem muitas peculiaridades e desafios. A proposição de integração da porção sul do continente remonta os conflitos pela independência e só começa a se delinear em fins do século XX. As linhas que norteavam esse processo se fundamentavam em bases flexíveis do denominado “regionalismo aberto” que estreita as integrações regionais, sobretudo na rede dos acordos de livre comércio, sem, no entanto, se afastar da integração no plano global, ainda que envolva países com níveis bastante diferentes de desenvolvimento.

Segundo Medeiros (2008)

O caminho da cooperação regional – quando dirigido por uma vontade política comum, pela preocupação com as assimetrias entre os diferentes parceiros, com uma abordagem muito mais ampla do que o mero intercâmbio de mercadorias – surge, neste início de século XXI, como uma via promissora de avanços na direção do desenvolvimento.

Este caminho de cooperação regional, também denominado por alguns autores como “regionalismo pós-liberal”, teve grande influência na rejeição da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) nos moldes propostos pelos EUA, e no apoio à criação dos demais blocos. Houveram muitos percalços durante o processo, dentre eles os baixos e oscilantes índices de intercâmbio de mercadorias entre os membros.

Sobre isso, Biancarelli (2010) comenta,

a despeito de todas as imperfeições das bases de dados utilizadas, eles pintam um quadro ainda mais decepcionante. Fazendo uso de dados de estoques de ativos e passivos externos de portfólio e investimento direto estrangeiro (IDE), além de correlações e diferenciais de preços nos mercados financeiros, constata-se que o grau de integração financeira realmente existente na região é insignificante. Tomando um dos indicadores sintéticos lá fornecidos, o grau de compartilhamento de ativos externos de portfólio entre as principais economias sul-americanas é de apenas 3,61% na média ponderada entre 2001 e 2007. Trata-se, novamente, de um quadro muito distinto do verificado para um conjunto de oito economias dinâmicas da Ásia – para as quais o mesmo indicador registra o valor de 19,7%.

Assim, a dissonância entre o plano de intenções dos blocos e do que realmente acontece nas transações regionais, que engloba o setor privado, promoveram níveis baixos, além do esperado para integração comercial intra-regional, sendo superado, em muito, pelo comércio com blocos externos. Esse é um dos fatores alegados para o desmonte e enfraquecimento dos blocos existentes.

Considerações Finais

A integração através da criação de blocos é sempre um processo difícil, e na América do Sul não é diferente, já que os conflitos entre os países datam da época colonial, e foram perpetuados após as independências, com disputas à princípio por território, e depois, quando a dominação deixou de ser pela expansão territorial, passando a ser econômica (comercial) e vinculada a interesses da economia global.

Surgiram muitos percalços para impedir o processo de integração, dentre eles, cita-se os já bastante comentados, conflitos comerciais entre os países signatários dos blocos. É bastante comum existir vários acordos superpostos que extrapolam a existência simultânea de acordos de livre comércio e diferem em aspectos chave, com efeitos finais praticamente imprevisíveis, em termos dos ganhos para os diversos países direta e/ou indiretamente envolvidos, resultando numa profusão de novas instituições e tratados, invariavelmente sem grandes consequências práticas. Como é o caso do PROSUL, criado simplesmente por caprichos ideológicos e que nada acrescenta ao que se propunha o UNASUL, mostrando uma típica disputa de projetos de lideranças regionais.

Pode-se resumir simplesmente afirmando que o principal entrave a uma perfeita integração sul-americana é a condução do processo pela iniciativa política,

sem o suporte do setor privado que, neste caso, apenas sustenta e respalda incondicionalmente o político, diferentemente do que ocorre em outras regiões, como no caso asiático no qual os grandes grupos multinacionais e suas redes regionais de fornecedores comandam a integração produtiva e comercial.

Concluindo, podemos afirmar que a integração sul-americana só será possível quando o poder político sair da mão de oligarquias, velhas ou novas, que comandam o econômico, e haja, então, um amadurecimento político-econômico.

Referências

- ANDRADE, M. C. de. Territorialidade, desterritorialidade, novas territorialidades: os limites do poder local. In: SANTOS, M.; SOUZA, M. de; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Território, Globalização e Fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- ARANA, R. G. El Pacto Andini (1969 – 1999): un balance a tres décadas de su fundación. **Investigaciones y desarrollo**, Barranquilla, v. 10, 1999.
- BIANCARELI, A. M. **The financial dimension of South American integration**: an assessment of the initiatives and a tentative quantification. 2010.
- BIATO, M. Processo de Paz Peu-Ecuador. **Revista Parcerias Estratégicas**, n. 6, mar. 1999.
- BOUZAS, R. El processo del ALCA: incertidumbres y desafios. **Indicadores Economicos FEE**, Porto Alegre, v. 29, n. 3, p. 9-24, 2001.
- CASTRO, T. de. América do Sul: Aspectos fisiopolíticos em confronto. In: **A Defesa Nacional**. n. 696. Rio de Janeiro: Ed Bibliex, 1981.
- COSTA, W. M. **Geografia Política e Geopolítica**: Discursos sobre Território e o Poder. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1992.
- FAISSOL, S. **O espaço, território, sociedade e desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: IBGE, 1994.
- GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- JORGE, A. G. de A. **Rio Branco e as fronteiras do Brasil**: uma introdução às obras do Barão do Rio Branco. Brasília: Senado Federal, 1999.
- JUNQUEIRA, C. Afinal, e o que é e como entender o Prosul? **Observatório de Regionalismo**, 2019. Disponível em: <<http://observatorio.repri.org/2019/05/27/afinal-o-que-e-e-como-entender-o-prosul/>>. Acesso em: 19 fev. 2021.
- MEDEIROS, C. A. Os dilemas da integração sul-americana. **Cadernos de Desenvolvimento**, v. 3, n. 5, 2008.
- MILANI, Carlos et al. (Orgs.). **Atlas da política externa brasileira**. Ciudad Autónoma de Buenos Aires/Rio de Janeiro: CLACSO/EDUERJ, 2014.

OLIVEIRA, A. C. V. de; SALGADO, R. S. Modelos de integração da América do Sul: do Mercosul à Unasul. In: Encontro Nacional da Associação Brasileira de Relações Internacionais, 3. **Anais...** Belo Horizonte: PUC-MG, 2011.

PADULA, R. **Integração regional de infra-estrutura e comércio na América do Sul nos anos 2000**: uma análise político-estratégica. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, B. S. Integração Contemporânea na América do Sul: hemisférica, regional e multilateralista. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 87-113, 2020.

SCALZARETTO, R.; MAGNOLI, D. **Atlas de Geopolítica**. São Paulo: Ed. Scipione, 1996.

SOUZA, M. J. L. de O. Sobre espaço e poder, autônomo e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C., CORREA, R. L. (Orgs.). **Geografia**: Consertos e Temas. Rio de Janeiro: Brasil, 1995.

VESENTINI, J. W. O Apogeu e o declínio da geopolítica. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, n. 11, 1997.